
*A fim de adquirir algum escravo, que possa aplicar ao
serviço da lavoura nas terras que lhe foram destinadas:
notas sobre imigração alemã e escravidão no Brasil
meridional nos Oitocentos*

*In order to buy a slave, that can be applied to farm services,
in which lands were intended to him: research notes about german
immigration and slavery in nineteenth century meridional Brazil*

Miquéias Henrique Mugge*
Paulo Roberto Staudt Moreira**

Resumo: Neste artigo, objetivamos discutir as intrínsecas relações entre imigração alemã e escravidão na Província mais meridional do Império do Brasil. Trazendo à luz a trajetória de Paulus Hammel, um dos imigrantes pioneiros chegados à Imperial Colônia de São Leopoldo, em 1824, buscamos demonstrar como é de suma importância não perder a capilaridade e a legitimidade da escravidão do horizonte do historiador que se ocupa do Oitocentos brasileiro. Em suas perspectivas históricas, assim, indivíduos são visualizados em seus contextos e campos de possibilidades. Salientamos que o artigo se propõe a tratar da relação entre imigração e

Abstract: This paper aims to discuss the intrinsic relationship between german immigration and slavery in southernmost province of the Empire of Brazil. Bringing to light the Paulus Hammel trajectory, one of the pioneer immigrants arrived in the Imperial Colony of São Leopoldo in 1824, demonstrates how it is extremely important not to lose (about historian métier who's dealing with the eight-hundred Brazilian) the capilarity and legitimacy of slavery. In its historical perspectives, individuals are viewed in their contexts and fields of possibilities.

Keywords: German immigration; slavery; bondage; legitimacy; migrations.

* Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* miqueias@gmail.com

** Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). *E-mail:* moreirast@terra.com.br

escravidão através do caso de um imigrante alemão e dos documentos que localizamos sobre ele e que ilustram algumas de suas expectativas. Sempre que possível (e necessário), cruzamos esse sujeito histórico com outros seus contemporâneos, procurando entender a sociedade sulina escravista em que esses europeus se viram inseridos.

Palavras-chave: Imigração alemã; escravidão; cativo; legitimidade; migrações.

Não deveria causar surpresa a associação entre as temáticas da imigração europeia e a escravidão. A intensidade do tráfico transatlântico para o Brasil e a generalização da posse escrava no Rio Grande do Sul, concentrada em pequenos e médios proprietários, fizeram com que o cativo obtivesse uma capilaridade e uma legitimidade (principalmente na primeira metade do século XIX), que tocava tudo e todos que aqui nascessem ou que para cá viessem.¹

Uma historiografia imersa de parcialidade fechou os olhos a tal realidade e atribuiu aos imigrantes europeus, principalmente alemães, impermeabilidade às influências do meio escravocrata em que se inseriram. Os imigrantes alemães (e seus descendentes) seriam arautos do trabalho manual, livre e morigerado, imunes às ânsias de seus vizinhos quanto à vontade de possuir escravos.

Tais posturas são derivadas de representações sociais construídas e mantidas por grupos que justificavam seu poder pela ancestralidade europeia, gerando discursos consequentemente invisibilizadores da presença e do protagonismo dos não brancos.² Uma historiografia comprometida com as comemorações da memória da imigração alemã tratou de associar simbioticamente a vinda dos imigrantes europeus com a moralização da ideia de trabalho, incluindo aí o manual. Segundo Gans,

no campo da historiografia apologética, Hunsche afirmou que os teuto-brasileiros não possuíam escravos porque tinham uma mentalidade moralizadora que regeneraria a ideia de trabalho desmoralizada por uma mentalidade lusa, colonialista e escravista. (HUNSCHÉ apud ZUBARAN, 1994, p. 66). Esta tese da nobilitação

do trabalho pelos alemães, também defendida por OBERACKER (apud ZUBARAN, 1994: p. 66), é tributária, penso, de noções próprias de laboriosidade, cidadania e progresso que surgiram entre os teuto-brasileiros ao longo da segunda metade do século XIX, em grande parte forjadas pelos intelectuais teuto-brasileiros daquele período, e que se difundiram amplamente na comunidade teuta, tornando-se senso comum e influenciando grande parte da historiografia da imigração do século XX. (GANS, 2004, p. 98).

Mesmo longa, a citação acima resume posições historiográficas que hoje vêm sendo ultrapassadas e com as quais dialogaremos neste artigo. Não cabe ao historiador julgar os indivíduos e grupos que analisa, condenando ou aprovando seus comportamentos, pois isso seria cair numa errônea postura anacrônica. Mais do que *tipos ideais*, inerentemente a-históricos e sustentados por julgamentos de valor, o importante é visualizarmos os indivíduos nas suas perspectivas históricas, nos seus contextos, nos seus campos de possibilidades.³

A questão da associação acrítica de imigração europeia com progresso e moralização do trabalho acaba simplificando os próprios *colonos* alemães, a cultura de onde provinham e a forma como se inseriram na sociedade escravista oitocentista brasileira:

Sem dúvida, não existia o referencial das práticas escravagistas na cultura e na sociedade de origem dos imigrados, nos termos em que era praticada no Brasil. Não esquecendo que o padrão, ali, também não era necessariamente o de relações de trabalho modernas, se pensarmos na tardia dissolução das relações servis no leste da Europa, incluindo aí também os territórios alemães orientais. (GANS, 2004, p. 99).

Mas o que nos moveu a redigir este artigo foi um único documento, que encontramos na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Um colono alemão, recém-chegado da Europa, beneficiado com terras na Colônia Imperial de São Leopoldo, extremo meridional do Brasil, ousou molestar o Imperador através de um requerimento escrito em português.

Senhor!

Paulus Hammel, alemão da Colônia de São Leopoldo, vem aos Pés do seu Imortal Imperador e Pai, postado com sua mulher e três filhos, expor que o Suplicante é oficial de marceneiro, e que este officio nesta Província é assaz lucroso [sic]; de sorte que, trabalhando o Suplicante, como já o tem feito, pode em breve tempo adquirir com que compre [sic] algum cativo, para aplicar ao serviço da lavoura, nas terras que lhe foram destinadas na conformidade das ordens de Vossa Majestade Imperial. No entanto, que seus três filhos menores vão crescendo, e que como Colonos se hão de aplicar a tarefa da agricultura: eis por que Senhor o suplicante, com todo o respeito e submissão, implora a Vossa Majestade Imperial a Graça especial de permitir que o Suplicante trabalhe seu officio nesta cidade, ou em algum lugar da província, que lhe convenha, para deste modo ser mais útil a sua família: já Imperial Senhor esta permissão lhe foi conferida pelo Exmo. Presidente da Província, como se vê do documento junto. Espera Receber Mercê.⁴

O empreendimento da Imperial Colônia de São Leopoldo foi iniciado em 1824, quando chegaram os primeiros imigrantes alemães ao Sul do Império. Com a finalidade de estabelecer uma *classe média* no território brasileiro, capaz de desenvolver a policultura, a primeira fase da colonização alemã no extremo meridional foi também marcada por debates acerca da supressão do tráfico negreiro, do abastecimento de tropas e do provimento de soldados para a manutenção da independência. Jorge Antonio von Schaeffer, agente a serviço da Monarquia, visitou territórios alemães e lá recrutou colonos e soldados. Sob as instruções de José Bonifácio de Andrada e Silva, de 21 de agosto de 1822, Schaeffer embarcou agricultores, artesãos e soldados. Em arranjos burocráticos e diplomáticos entre nações, famílias e solteiros emigravam para o Brasil. Chefe de uma família, Paulus Hammel foi um desses indivíduos.

Paulo Hammel, como também foi chamado, e sua família saíram do porto de Hamburgo, em 24 de março de 1824 e chegaram ao Rio de Janeiro em 4 de junho do mesmo ano. Eles vieram no veleiro transatlântico Anna Louise, cujo capitão era Johann Heinrich Knaack. Naquela embarcação, vieram 200 soldados mercenários e 126 colonos. As dificuldades da viagem eram notáveis. Há casos registrados de “sepultamento no mar” e de graves doenças e enfermidades. Chegados ao Rio de Janeiro, os imigrantes permaneciam em quarentena. Separavam-se soldados para a Corte e colonos para o Sul.

Do Rio de Janeiro parte de um grupo de colonos foi transportada no bergantim São Joaquim Protector, chegando em Porto Alegre, em 18 de julho de 1824. O bergantim é uma embarcação com dois mastros e uma única coberta, considerado veloz para o período.⁵ Os primeiros 39 colonos alemães chegaram em São Leopoldo, em 25 de julho de 1824, e se estabeleceram na antiga Real Feitoria do Linho-Cânhamo. Nessa primeira leva, encontramos a família Hammel:

Paulo Hammel: marceneiro, 35 anos de idade, católico, nascido em 1788 em München;
Maria Tereza, sua mulher, com 27 anos de idade, católica, nascida em 1797 em Hildesheim/Hannover;⁶
Carlos, seu filho, com 5 anos, nascido em 1819, na Prússia;
Anton, seu filho, ½ anos, nascido em 1824, em Hamburgo.
(HUNSCHE, 1975, p. 34).

Configura-se, portanto, uma família imigrante formada por um casal e seus dois filhos menores, todos católicos. Os documentos que acessamos, invariavelmente, são registros que substanciam a relação dos indivíduos e de sua família com instâncias públicas. Nesses documentos, quase nada sabemos das apreciações desses indivíduos sobre as suas experiências de diáspora transatlântica. Assim como outros grupos humanos em análogos contextos históricos, os alemães não partiram de sua terra natal por vontade própria, mas assolados por contingências no sentido de obter sustento para si e sua família. À fragilidade psicológica provocada pelo desenraizamento de sua cultura local e pela quebra de vínculos afetivos dos mais diversos tipos (muitos dos quais nunca seriam refeitos), somava-se a debilidade física que uma viagem tão longa e em precárias condições acarretava.

Mas aportar na antiga Feitoria do Linho Cânhamo, transformada em Colônia de São Leopoldo, não significava o fim das agruras daquelas famílias. Aguardava-as uma situação um tanto constrangedora, com lotes maldemarcados, florestas a derrubar, caminhos intransitáveis. (TRAMONTINI, 2000). No caso particular de Hammel, ele se defrontava com tais situações, trazendo consigo dois filhos menores (que pouco ou nada podiam auxiliá-lo nas tarefas diárias no seu lote de terras) e sua esposa Maria Tereza, que talvez estivesse já grávida ou algum tempo depois estaria, pois, no requerimento de 1826, ele já consta com três filhos.

Mas, além de tudo isso, deve ser agregada a falta de habilidade profissional de Paulo Hammel para tornar produtiva a terra com que havia

sido beneficiado pelo “Imortal Imperador e Pai”. Em carta do diretor da Colônia de São Leopoldo, José Thomas de Lima, de 5 de maio de 1824, ficamos sabendo que muitos dos alemães que vieram como agricultores, não o eram de fato “e logo migravam para os centros urbanos”, configurando uma espécie de colonos-artífices. (PICCOLO, 1989, p. 104; GANS, 2004, p. 85). Na ânsia de não perderem a oportunidade com que a vida (ou o Major Schaeffer) lhes acenava, inúmeros artífices se disfarçaram entre os agricultores e vieram tentar a sorte no Novo Mundo.

No requerimento formulado ao Imperador, dois anos após o seu desembarque no Brasil, Paulo Hammel se apresenta como *oficial de marceneiro*, ocupação que, na época, era *assaz lucrativa* e confessa que, mesmo antes de obter a permissão da realeza, já estava desempenhando, provavelmente na própria colônia, o trabalho para o qual tinha habilidade.

Segundo o Dicionário Moraes (1813, p. 268), escrito no século XVIII, mas de ampla circulação no XIX, marceneiro era “oficial que lavra madeira para móveis, com mais artifício que o carpinteiro” e aquele que também fazia “molduras entalhadas para casas”. Não sabemos informar como Hammel obteve as ferramentas de seu ofício, mas talvez as tivesse trazido junto na parca bagagem de retirante europeu.

Podemos deduzir que ele deve ter se oferecido para fazer móveis para as residências dos próprios colonos e dos vizinhos nacionais, mas a penúria em que seus compatriotas jaziam nos primeiros anos de aventura transatlântica, não os tornava uma clientela muito confiável para um oficial marceneiro, que tinha que agenciar o sustento de sua família.

O historiador Marcos Tramontini (2000) reagiu, em seus trabalhos, à tendência que havia de ver a Colônia alemã de São Leopoldo como caracterizada pelo isolamento e pela absoluta harmonia interna. Ele, manipulando uma ampla gama de fontes empíricas, mostrou disputas fundiárias e a circulação de indivíduos, dentro do núcleo colonial e entre este e os demais trechos da Província. Quiçá pelas próprias características inerentes ao seu ofício, que o fazia transitar atrás de trabalho e com isso conhecer muitas pessoas, o marceneiro Hammel obteve informações privilegiadas de que nos núcleos urbanos emergentes da Província existia um mercado carente dos seus *misteres profissionais*. Comerciantes, tropeiros, marítimos, funcionários provinciais, soldados e mercenários, padres e donos de casas de comércio e tabernas eram elos de redes de sociabilidade complexas e, em decorrência, de transmissão de informações.

Quem transmitiu o beneplácito do Imperador ao pedido do colono alemão (e que certamente esclareceu Sua Majestade da justeza do requerimento), conhecia bem a Província sulina.

Ilmo. e Exmo. Senhor.

Sua Majestade o Imperador. Deferindo ao Requerimento de Paulo Hammel, Alemão da Colônia de São Leopoldo, que pede faculdade para trabalhar pelo seu ofício de marceneiro em qualquer parte desta Província, afim de adquirir algum escravo, que possa aplicar ao serviço da lavoura nas terras que lhe foram destinadas. Há por bem Conceder-lhe a faculdade pedida, ficando porem suspensos os subsídios durante o prazo em que estiver fora da Colônia. O que participo a V. Exa. Para que assim se execute. Deus Guarde a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de Janeiro de 1827.

[assinado] Visconde de São Leopoldo.⁷

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, senador, conselheiro do Império e, naquele ano de 1827, recém-empossado ministro da Justiça, foi presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 1824 e 1826, justamente nos anos iniciais de instalação do primeiro núcleo colonial de São Leopoldo. (PINHEIRO, 1978).

Tanto o Visconde de São Leopoldo quanto o presidente da Província, o militar Salvador José Maciel (que previamente dera a sua autorização ao pedido de Hammel), parecem entender a situação desses *colonos-artífices*, que, rapidamente convencidos da legitimidade da escravidão, tratavam de se tornar, eles mesmos, também senhores de trabalhadores cativos. O colono alemão Hammel não disfarça suas intenções nem teria motivo para isso. Ele justifica sua saída da colônia, mesmo com o risco de perder seus proventos como imigrante, para adquirir cativos para aplicá-los no seu lote colonial.

Se Hammel realizou sua ambição e o projeto familiar de possuir cativos, ainda não sabemos. Isso não significa que sua história termina por aqui. Vasculhando o acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontramos vários requerimentos relativos ao *nosso* protagonista e de alguns seus parentes, que nos dão pistas de para onde a sorte e a fortuna o conduziram. Em setembro de 1837, ele dirigiu ao presidente da Província um requerimento:

Ilmo. Exmo. Senhor Presidente

Diz Paulo Hammel (Pai) que tem servido na Infantaria Legal do Rio Pardo, embaixo do comando do Major José Joaquim de Andrade Neves, desde o mês de Outubro até 10 de Janeiro, dia em que o Suplicante no ataque recebeu três feridas de Espada, cujos lhe tirou quase a vista e ouvido, e como o Suplicante não tem sido recompensado nem recebido mantimentos no tempo que tem servido, Por isso

Pede a V. Exa. seja servido mandar informar o presente afim do que o Suplicante seja recompensado do seu serviço que tem prestado a Legalidade, do que espera

Receber Mercê.⁸

Eis que reencontramos o colono alemão Paulo Hammel dez anos depois, ainda mantendo fidelidade ao trono imperial e agora reafirmando essa lealdade no campo de batalha. Ele serviu pouco tempo – menos de 4 meses –, mas enfrentou o ataque dos *anarquistas farroupilhas* a Rio Pardo e foi gravemente ferido. O próprio Andrade Neves atestou, na margem do requerimento, a justeza de seu pedido

[Anotado no verso] É verdade que o Suplicante Paulo Ammel desde o mês de Outubro do ano passado próximo passado, prestou serviços a Causa Legal do Governo de Sua Majestade Imperial, na Vila do Rio Pardo, quando eu era ali Comandante da Força, até o dia 10 de Janeiro do corrente ano, quando os rebeldes invadiram aquela Vila, e em cujo ataque foi o suplicante ferido, sem que em todo este tempo recebesse soldo ou etape algum. O referido é verdade que informo em virtude do despacho retro. Porto Alegre 6 de setembro de 1837. [assinado] José Joaquim de Andrade e Neves.

No mesmo mês em que Paulo Hammel enviou o requerimento, foi atendido, mostrando como o governo julgava importante manter os ex-soldados, agora inválidos, bem-atendidos (pelo menos enquanto durasse o conflito), para que novos contingentes fossem recrutados. O escriturário do Tesouro da Província, em 16 de setembro de 1837 informou que o “soldo e etape vencido pelo Alemão Paulo Hammel no serviço da legalidade, em Rio Pardo, desde 10 de Outubro do ano pretérito passado a 10 de janeiro deste, é na quantia de 20\$529 réis, que lhe fica anotado a folha 84 do Livro 2º de Despesas extraordinárias”.

Mas Paulo Hammel não estava sozinho defendendo a Causa da Legalidade contra os anarquistas farroupilhas, pois ao seu lado estava um de seus filhos, que com ele desembarcaram em 1824 e que igualmente ao pai fora ferido no mesmo ataque.

Ilmo. Exmo. Senhor Presidente.

Diz Carlos Hammer [sic], que tem servido na Infantaria Legal do Rio Pardo, embaixo do comando do Major José Joaquim de Andrade Neves, e foi o Suplicante presente no Ataque que houve na mesma Vila contra os Rebeldes no dia 10 de Janeiro do presente ano, Dia em que o Suplicante foi gravemente ferido, ficando-lhe por morte na rua; e como o suplicante pelas mesmas feridas ficou incapaz para se manter [sic], Por isso

Pede e roga a V. Exa. Se digne o mandar a Inspeção da Saúde, passar revista ao Suplicante se é verdade o que o Suplicante alega. Afim de que o Suplicante seja recompensado com uma Pensão, de cuja Graça espera Receber Mercê

Porto Alegre 27 de setembro de 1837.

[a] Antonio Maximiano Hammel.⁹

O Major e Comandante do Corpo, José Joaquim de Andrade Neves, em 23 de outubro de 1837, informou ao presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, que

o suplicante se achava servindo na Guarnição que havia na Vila do Rio Pardo em Janeiro pretérito passado, e acontecendo que os Anarquistas, em 10 do mesmo mês, atacassem aquela Guarnição, ficou o suplicante ferido de espada no campo mortalmente. Deus Guarde a V. Exa. Porto Alegre 23 de Outubro 1837.

O escriturário da Contadoria Provincial, então, informou que era devida ao suplicante “a quantia de 27\$540 réis, a saber: 9\$180 réis de soldo, e 18\$360 réis de etapes que venceu nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1836, até 10 de Janeiro do corrente ano”. O Sargento amanuense João Manoel da Silva, do Hospital Regimental do 8º Batalhão, anotou, na margem esquerda do documento, atestando

que revendo os assentos da Sessão 8ª da Junta de Saúde achei nela que o Suplicante mostra várias cicatrizes por ferimentos de espada tendo uma na região umbilical do lado direito, penetrando até a

Cavidade do abdômen, acompanhado de prolapso dos intestinos, resultando aderência dos mesmos com o peritônio, pelo que julgamos não se poder manter com o seu trabalho.¹⁰

Nessa sociedade do Oitocentos imperial, em que a todo momento encontramos resquícios que apontam à permanência do Antigo Regime, podemos perceber as estratégias acionadas pela família Hammel, a fim de obter favores reais. É claro que períodos belicosos, como a Guerra Civil Farrroupilha, sempre acarretavam a ampliação das oportunidades de mobilidade social e de obtenção de vantagens materiais e simbólicas. Mas é óbvio que as estratégias acionadas nesses momentos eram muito arriscadas e poderiam gerar efetivamente *tributos de sangue*. Podemos até mesmo dizer que atos como esses dos dois membros da família Hammel geraram *heranças imateriais*, mesmo que pequenas, mas proporcionalmente importantes para os agentes que as herdavam. É o que veremos a seguir, pulando no tempo quase trinta anos.

Após a vitória sobre Juan Manoel de Rosas, na Batalha de Caseros, em 1852, o governo imperial tomou várias medidas para consolidar sua ainda frágil presença na fronteira sulina. Uma dessas medidas foi a criação, em 1859, da Colônia Militar Caseros, com a distribuição de lotes coloniais para colonos civis e militares.

Seis anos depois, em 4 de outubro de 1865, encontramos um neto de Paulo Hammel, solicitando terras em Caseros, certamente fortalecendo sua reivindicação com os serviços prestados por seu pai e o avô.

Ilmo. Exmo. Senhor Presidente da Província.

Adolpho Lourenço Hammel, filho do Colono Alemão Carlos Hammer, vem respeitosamente pedir a V. Exa. a graça de o mandar admitir como Colono, de conformidade com o que dispõe o artigo 16 do Regulamento da mesma, dignando-se, outrossim, a mandar distribuir ao suplicante um prazo Colonial de cem braças em quadro. O Suplicante espera que V. Exa. Deferirá como julgar de justiça, de cuja graça Espera Receber Mercê

Colônia Militar Caseros, 4 de Outubro de 1865

A rogo de Adolpho Lourenço Hammel

[a] José Francisco Afonso

[Anotado na margem superior] Como requer. Palácio do Governo em Porto Alegre, 16 de Novembro de 1865. [a] Visconde da Boa Vista

[Anotado no verso] N° 83 – 200 – Pg duzentos réis. Porto Alegre, 2 de Novembro de 1865.¹¹

Em seu *Dicionário histórico e geográfico da Província de São Pedro*, publicado em 1865, o engenheiro Domingos de Araújo e Silva indica o que encontrou quando passou pela Colônia Militar Caseros:

presentemente formada de 45 praças, 10 paisanos, 12 mulheres, 10 meninos e 10 meninas. Possui a colônia 5 bois mansos, 6 touros, 33 vacas, 6 bezerros de 2 anos, 9 novilhos, 16 bezerros de marca, 22 bezerros de 1 ano, 11 mulas e 5 cavalos; e produz feijão, milho, fumo, centeio, trigo, cevada e batatas. Existem 46 casas de empregados, além da ferraria, xadrez, paiol, secretaria e enfermaria; as obras da igreja estão paradas por falta de trabalhadores. O pessoal da colônia é composto de um tenente diretor, um alferes ajudante, um cirurgião, um capelão alferes, um sargento escrivão, cinco cabos, 3 anspeçadas e 25 soldados. (Apud SILVA, 1865, p. 24).

Anos depois, em 17 de julho de 1871, o neto de Paulo Hammel volta a expedir requerimento ao presidente da Província:

Adolpho Lourenço Hammel, Colono Civil da Colônia Militar Caseros, tendo sido admitido como Colono por ofício do Presidente da Província de 16 de novembro de 1865, de conformidade do disposto no parágrafo 6º, do artigo 20 do regulamento desta Colônia, e achando-se o suplicante com direito ao lote de 100 braças de terras por contar mais de 3 anos que marca o mesmo regulamento, pede a V. Exa. Para lhe mandar passar o título do lote nº 5, pelo que Espera Receber Mercê
[Anotado na margem superior] Indeferido à vista da informação do Major Diretor da Colônia Militar Caseros de 15 de Setembro último. Palácio do Governo em Porto Alegre, 2 de Novembro de 1873. [a] João Pedro Carvalho de Moraes.¹²

Se Paulo Hammel foi para Rio Pardo ocupar-se de seu ofício de marceneiro, visando a comprar escravos para trabalhar em seu lote colonial, estava bem-informado. Mesmo com as dificuldades de trânsito interprovincial, pessoas cruzavam a Província incessantemente e, com elas, as informações circulavam.

A cidade de Rio Pardo era o centro de um amplo circuito comercial e portava uma estrutura produtiva escravista caracterizada, tal como a Província em geral, por pequenos e médios plantéis de escravos. Segundo Petiz (2007, p. 3), os dados constam na tabela 1:

Tabela 1 – Plantéis escravos da Vila de Rio Pardo (1769-1840)

| Faixas de proprietários por número de escravos | Proprietários | | Escravos | |
|--|---------------|------|----------|------|
| | No. | % | No. | % |
| Sem escravos | 86 | 15,5 | S/E | 0 |
| 1 a 9 | 372 | 67,1 | 1370 | 47,7 |
| 10 a 19 | 74 | 13,4 | 827 | 28,8 |
| 20 a 49 | 18 | 3,2 | 402 | 14,0 |
| Mais de 50 | 4 | 0,8 | 274 | 9,5 |
| Total | 554 | 100 | 2873 | 100 |

Apesar de os dados que possuímos referirem-se a um largo período de 71 anos, podemos perceber que existia uma proliferação de escravos entre a população em geral, concentrando-se quase 50% dos cativos em plantéis de até nove indivíduos. Se englobarmos nessa perspectiva todos os plantéis de até 19 escravos, chegaremos a 76,5%. Essa posse generalizada entre a população fazia com que o escravismo obtivesse um grau de legitimidade elevado, sendo essa mentalidade rapidamente absorvida pelos novos moradores do Império, inclusive pelos imigrantes europeus.¹³

Aliás, Gans em sua amostragem de 80 teutos senhores de escravos, os encontra concentrados entre os possuidores de pequenos e médios plantéis: dois possuíam sete cativos, e três tinham seis. Mas 50% deles tinham apenas um e 16 eram senhores de dois cativos. (GANS, 2004, p. 109).

Não sabemos se Paulo Hammel, sua esposa Maria Tereza e seus dois filhos menores Carlos e Anton foram diretamente para Rio Pardo ou se se deslocaram por outros núcleos urbanos provinciais em busca de mercado para seu ofício de marceneiro. Mas quando chegaram na *tranqueira invicta* devem ter logo ouvido falar de um seu compatriota, o agrimensor João Martinho Buff, que, em 1829, produziu uma detalhada planta daquela cidade, com suas ruas, a localização das igrejas, da zona portuária, das praças e dos edifícios públicos como o da Câmara Municipal. (COSTA, 2006, p. 135).

É provável que outros centros urbanos provinciais tenham conhecido núcleos teutos formados, como o de Porto Alegre, analisado por Magda Roswita Gans (2004, p. 13), à revelia “de um projeto articulado do governo imperial, como era o caso da colônia de São Leopoldo”. Ao analisar a *diferenciação social dos teutos* da capital da Província, Gans os divide em *segmentos populares, médios e afortunados*, reconhecendo as dificuldades e a dose de arbitrariedade que segue tal configuração. Seguindo as pistas desse mapeamento socioprofissional, podemos aventar que Hammel, por ter ofício específico – marceneiro – provavelmente, se localizava entre o primeiro e o segundo grupos. O fato de ter sido ferido na batalha de Rio Pardo, em 1837, quando servia como soldado raso, reforça sua inserção entre os remediados.

Em seu livro publicado pela primeira vez em 1854, na cidade de Coblenz (Alemanha), o alemão Joseph Hörmeyer fornece um panorama de Porto Alegre, procurando abastecer de informações seus compatriotas que viessem para o Brasil Meridional. Chama a atenção, nesse guia, que ele apresenta dados gerais e alguns específicos sobre o tratamento dado aos escravos, como se estivesse supondo que os imigrantes, tão logo endinheirados, pudessem obtê-los como símbolos de *status* ou como auxílio em seus ofícios.

Hörmeyer informa que os portugueses e seus descendentes foram os “senhores mais brandos”, mantendo uma “relação verdadeiramente patriarcal”. Os castigos “duros” não funcionavam, pois ocasionavam que os escravos se tornassem “incorrigíveis”:

Certo é que um escravo é castigado também aqui, mas assim como um pai castiga seu filho renitente. E isso é também natural, já que devido a todas aquelas torturas perder-se-iam, pela morte do escravo, o capital que ele representa, ou os juros, em virtude da longa incapacidade para o trabalho do escravo maltratado. (HÖRMEYER, 1986, p. 78).

Seguia Hörmeyer em suas explicações sobre a cultura escravista sulina:

Sendo alguém obrigado a vender seu escravo, é permitido a esse oferecer-se para ser comprado por um senhor de sua própria escolha e, somente quando não encontrar um tal, é ele vendido a qualquer um que se apresente; até mesmo o domínio do proprietário é tão limitado que esse não pode alugar o escravo contra a vontade dele. Os escravos recebem, três vezes por dia, comida quente, em geral feijão preto, carne fresca ou charque,

farinha e, várias vezes, café, frutas de toda a espécie, e são, em geral, bem vestidos. O serviço ordinário é, no interior, o de peões (pastores e carneiros) e de trabalhadores na roça, assim como de marinheiros nos rios e lagos; nas cidades, de artesãos ou carregadores. As escravas são empregadas, costumeiramente, como lavadeiras, vendedoras de frutas e em atividades semelhantes. Normalmente, o dono dá a seu escravo permissão para trabalhar na cidade; contudo, o mesmo deve entregar-lhe, cada tarde, uma e meia pataca, (8 a 12 Groschen de prata); quando, porém, volta para fazer as refeições em casa, deve entregar, geralmente, duas patacas (16 groschen de prata).¹⁴ Disso resulta que uma família que possui dois a três escravos, possa viver decentemente, apesar de sua ociosidade. O sinal de distinção, consagrado pelo uso, entre o moreno livre e o escravo, consiste em que o último não pode usar calçado. (HÖRMEYER, 1986, p. 78-79).

Em seu *Guia para emigrantes*, o alemão Joseph Hörmeyer comenta sobre os artesãos. Segundo ele, os oficiais em construção (pedreiros e carpinteiros),

que também entendem de marcenaria, são bem pagos; recebem usualmente um taler espanhol, além de comida, e ainda mais quando sabem fazer forrações e rodapés. Os pedreiros deviam entender um pouco de estucaria por exercerem o ofício mais praticado por escravos. (HÖRMEYER, 1986, p. 97).

Os serralheiros “que simultaneamente são ferreiros e construtores de máquinas, conseguem bons ganhos, porque seu ofício é um dos poucos em que quase não são empregados escravos”. Os alfaiates e sapateiros

têm, como em toda a parte, muito e bem pago trabalho; em especial, é exorbitante o preço de feitiço dos alfaiates. Oficiais de alfaiate encontram-se aqui poucos, porque cada um desses profissionais ocupa certo número de escravos alugados ou próprios.

Já os marceneiros, como Paulo Hammel, segundo Hörmeyer (1986, p. 97-99), “são representados em número muito grande e, caso não ocupem muitos escravos, obtém lucro muito reduzido”. Ou seja, na agricultura ou no desempenho de seu ofício de marceneiro, Hammel se daria bem se tivesse cativos, o que invertia seu raciocínio de formar pecúlio, comprá-los e colocá-los para tornar produtivo seu lote colonial.

Estudando Porto Alegre no período entre 1850 e 1889, Gans encontrou um mercado de trabalho promissor em expansão, com anúncios no jornal pedindo trabalhadores especializados de vários tipos. Entre os integrantes da comunidade teuta da capital, por ela estudada, não existem muitos *arbeiter*, ou seja, jornaleiros, trabalhadores sem qualquer especialização e que se ocupavam do que aparecesse no momento da oferta. Isso reforça a ideia de que muitos alemães vinham da Europa com alguma especialidade, que os inseria de forma privilegiada no carente mercado de trabalho local. Daí sofriam concorrência pela existência de inúmeros cativos, também especializados. Segundo Weimer (1989, p. 162) e Gans (2004, p. 85), “ainda que a vida desses imigrantes não tenha recebido o devido estudo, é de [...] [crer que] a probabilidade que sua sobrevivência na capital fosse devida ao exercício de atividades artesanais”.

É claro que, na segunda metade do século XIX, período estudado por Gans, os teutos, que migraram para a capital e a outras localidades provinciais, já estavam devidamente enraizados em redes sociofamiliares teutas e com os nacionais. No caso específico de Porto Alegre, o processo de urbanização foi incentivado, entre outros fatores, por ter se tornado o porto escoador da produção da próspera Colônia de São Leopoldo. Segundo Paul Singer

é a partir da década de 60 [...] que a colonização alemã começa a mostrar a sua pujança comercial, e isso totalmente a favor de Porto Alegre, escoadouro natural de seus produtos. A taxa geométrica de crescimento demográfico de Porto Alegre, entre 1858 e 1872 é mais de 5 vezes a do período de 1820/48. Melhoramentos urbanos começam a ser introduzidos na cidade por esta época: 1872 – instalação definitiva de água; 1864 – primeira linha de bondes; 1869 – grande mercado público; 1872 – instalação definitiva do serviço de bondes; 1874 – iluminação a gás. Entre 1872 e 1890 a taxa geométrica de crescimento de Porto Alegre cai a cerca de 60% do período anterior (1858/1872), mas ainda mantém-se elevada. Em 1879, funda-se a primeira companhia de seguros do Rio Grande (a Phoenix) com sede na capital e em 1884 inaugura-se o serviço telefônico da cidade, criado com capitais rio-grandenses. Ambos os fatos demonstram o vigor econômico atingido pela cidade no fim do século. (1974, p. 162).

É de se supor que essa via comercial intensiva entre São Leopoldo e Porto Alegre tenha reforçado a importância da comunidade teuta local,

privilegiada por suas afinidades étnicas com os habitantes da colônia. (ELMIR; MOREIRA, 2010).

Certamente, quando Hammel migrou da colônia de São Leopoldo, na década de 20 do Oitocentos, sonhando¹⁵ em se tornar um senhor de escravos, mesmo que de poucas posses, não esbarrou, seja em Porto Alegre e Rio Pardo, seja em Pelotas e Rio Grande, com uma comunidade teuta que o acolhesse e protegesse.

Naquela sociedade do Oitocentos, certamente, o católico Hammel, no cumprimento de seus sentimentos e de suas obrigações religiosas e de sociabilidade, deveria frequentar a Igreja Matriz de Rio Pardo, imponente prédio que até hoje impressiona. Em 24 de setembro de 1833, reencontramos o engenheiro Buff prestando contas de seus trabalhos para os vereadores locais:

Evidente é o estado de imperfeitabilidade [sic] da Matriz deste município [...]. Sem torres, e frontispício em cujo cimo esteja colocado o sinal da nossa redenção mui pouco vislumbra a presença de um templo que deve ser dos mais majestosos onde se celebram tão altíssimos mistérios. Longe de nós compararmos o nosso templo com os templos dos Protestantes [...], por falta de socorros algumas de suas partes ameaça ruína, tal é, por exemplo, o caso da Capela Mor. Esta mesma é mui pequena e por isso não chega todo o recinto da igreja acomodar os fieis que ali concorrem nos dias festivos, saindo muito pelo aperto e confusão, praticando-se ate mesmo desacatos. Verdade é que segundo a lei do orçamento que estabeleceu Sua excelência 120\$000 para reparos que já estão destinados para satisfação do tabuado com que se deve preparar as tribunas, não ficando até com que se pagar a mão d'obra e mais despesas inerentes. Eis o deplorável estado da nossa Matriz por cuja razão requer este município não qualquer contingente que possa indiferentemente pertencer-lhe para aquele objeto, mas sem a graça de ser aquinhoado com a maior cota em razão a outras para concluir a dita Matriz, cuja despesa total tem por orçamento 40:000\$000. (COSTA, 2006, p. 130).

Em 1849, foi criada a Colônia de Santa Cruz, que foi elevada à freguesia em 1859 e, em 1878, tornou-se vila, emancipando-se de Rio Pardo. A instalação desse núcleo colonial certamente intensificou o fluxo de alemães que para lá afluíram em busca de terras e oportunidades. No relatório apresentado, quando entregue à presidência da Província ao vice-presidente

Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, em 30 de junho de 1855, o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu expôs que a colonização na Província havia tomado “nova base” com a Lei Provincial 304, de 30 de novembro do ano passado,

que estabeleceu o princípio da venda das terras à vista, ou a prazo de 5 anos, o máximo em lote de cem mil braças quadradas pelo preço mínimo de 3 réis a braça. Em virtude da mesma Lei, aos colonos que vierem espontaneamente estabelecer-se na Província, qualquer que seja a sua idade ou sexo, dá-se passagem gratuita e as necessárias acomodações e alimentos, desde a Cidade do Rio Grande até o lugar do seu destino.¹⁶

Segundo Sinimbu, os trabalhos de exploração de terras devolutas, distribuição de lotes e abertura de picadas estava a cargo do diretor e agrimensor da Colônia João Martinho Buff.

Buff ainda vivia em Rio Pardo em 1876, quando foi qualificado votante. Tinha 74 anos, era viúvo, proprietário, sabia ler e escrever, ignorava-se a sua filiação, tinha uma renda de 600\$ e foi considerado elegível. (AHMRP – LGVRP, 1876). Ele também não passou incólume à ambição de ter escravos. Em 18 de dezembro de 1871, também em Rio Pardo, ele passou alforria à crioula Clemência, nascida em Rio Pardo, mediante o pagamento de seiscentos mil-réis por Estácio Francisco Pessoa “em razão do senhor necessitar a quantia para pagar as despesas com enfermidades e funeral de sua mulher”. (APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 21, 5/2/72, folha 117v).¹⁷

Na Colônia São Leopoldo, também abundaram contendas relativas a questões agrárias, demarcações incertas, documentos falsos ou duvidosos, funcionários corruptos. Entre os suspeitos funcionários municipais de alto escalão, o próprio diretor-geral das Colônias da Província, João Daniel Hillebrand, em 1853 foi caluniado publicamente de estelionato. As críticas atingiam o amanuense da diretoria Huberto de Schlabrendorff que, aparentemente, era responsável pela distribuição de títulos de terras falsos, assinados pelo engenheiro agrônomo da Província João Martinho Buff. (MÜGGE, 2012, p. 43-44).

Parafraseando o antropólogo social britânico Edmund Leach, que dizia que “cada antropólogo tem o nativo que merece” (apud DA MATTA, 1983, p. 15), podemos dizer que os historiadores também correm o mesmo risco, caso se contentem em projetar no passado as suas próprias ansiedades e

aspirações contemporâneas. Quando dizemos que escrevemos a narrativa histórica a partir do presente, no qual estamos imiscuídos, não quer dizer que aceitamos todos os riscos e condicionantes que fazem parte dessa premissa. Isso seria desumanizar os atores sociais, despojando-os de traços inelutavelmente presentes nos comportamentos *das gentes*, como: incertezas, angústias, esperanças, ambições. Conceber os imigrantes europeus como tipos ideais que teriam vindo aprioristicamente sanar os males de nossa cultura tupiniquim, é reduzir o impacto que o desenraizamento que sofreram causou. Segundo o antropólogo Marshall Sahlins (1990, p. 180), existe sempre um risco envolvido em qualquer *ação cultural*, ou seja, “as pessoas colocam, na ação, seus conceitos e categorias em relações ostensivas com o mundo”. Quaisquer que fossem os valores de que eram portadores quando vieram, e certamente não eram homogêneos nesse sentido, os colonos alemães mudaram e foram mudados pela realidade que encontraram.

Notas

¹ Referimo-nos aqui à capilaridade e legitimidade como palavras que tentam descrever a formação social escravista sulina e que, outrossim, se adequam às reflexões acerca do sistema brasileiro em geral. Pesquisas recentes apontam que pequenas e médias posses de cativos eram predominantes, fazendo com que mais pessoas pudessem ser (e serem vistas como) senhores de escravos, mesmo que de alguns poucos cativos. Ou seja, tais conclusões intensificam a legitimidade da escravidão gozada até, pelo menos, meados do século XIX. Afirmamos e relembramos, portanto, que quando os *alemães* chegaram ao Brasil e à Província do Rio Grande do Sul, a posse escrava era legítima, tanto social quanto moralmente.

² A noção de representação que utilizaremos baseia-se nas análises de Pierre Bourdieu, por dois motivos básicos: primeiro, a sua intenção de ultrapassar a oposição entre realidade e representação, incluindo “no real a representação do real”; e, em segundo lugar, por considerar como essencial a luta das classificações dos agentes, na qual os mesmos investem seus interesses e pressupostos, pela definição legítima das identidades sociais, étnicas, etc. (BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: _____. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 108).

³ Ver: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴ Biblioteca Nacional – Seção Manuscritos – Documentos biográficos – C-921,64.

⁵ SILVA, 1813[1789]: p. 278; LELLO UNIVERSAL, s/d., p. 310.

⁶ Segundo Rosa (2005, p. 13), Paulo teria morrido antes de sua esposa e eles teriam tido cinco filhos ao todo. Maria Tereza, de sobrenome Bug, teria nascido em 1793 e falecido em 27/5/1864 (Livro 1 de Registro de Óbitos de Católicos de São Leopoldo, folha 125v).

⁷ AHRS – Fundo Requerimentos, maço 17. O requerimento feito ao presidente da Província era de teor semelhante: “Ilmo. Exmo. Senhor. Diz Paulus Hamel, alemão da Colônia de São Leopoldo, que estando ele residente há dois anos com sua mulher e três filhos, trabalhando no quinhão de terras que se lhes deu, não tem tirado fruto algum por onde possa fazer sua subsistência e de sua família, em razão do mesmo suplicante não ser agricultor, mas sim Mestre do Ofício de Marceneiro, em que sempre se empregara; e como se veja destituído presentemente e quer vir por esta cidade trabalhar por seu ofício por tempo de seis meses, a fim de com este produto poder refazer-se do que necessita. Pede Que V. Exa. Se digne mandar que o Inspetor da Colônia assine a dita licença para o indicado fim. Espera Receber Mercê [assinado] Paulus Hansel.”

⁸ AHRS – Fundo Requerimentos/Militar, maço 35.

⁹ AHRS – Fundo Requerimentos/Militar, maço 35.

¹⁰ AHRS – Fundo Requerimentos, maço 124.

¹¹ AHRS – Fundo Requerimentos/Terras, maço 124.

¹² AHRS – Fundo Requerimentos / Terras, maço 155. Em 20 de novembro de 1874, encontramos outro Hammer na mesma colônia militar pedindo um lote de terra: “Ilmo. Exmo. Senhor Doutor João Pedro Carvalho de Moraes Presidente da Província. Antonio Maximiano Hammel, Colono civil da Colônia Militar Caseros, vem submissamente pedir a V. Exa. Para mandar-lhe passar o título do lote de terra 41, a que o suplicante tem direito, por já o ter cultivado por mais de cinco anos, conforme o artigo 7º do regulamento da mesma colônia. Exmo. Senhor o Suplicante confiado na reta justiça de V. Exa. Espera Receber Mercê. Colônia Militar Caseros, 20 de novembro de 1874 [a] Antonio Maximiano Hammel. [Anotado na margem superior.] Passouse título em junho 72. AHRS – Fundo Requerimentos/Militar – maço 181.

¹³ Sobre a legitimidade do cativo negro, principalmente na primeira metade do século XIX. Ver: Matheus (2010). A

estrutura escravista de Rio Pardo continuou em moldes muito parecidos nos anos seguintes. Ver: Zettel (2011) e Perussatto (2010).

¹⁴ Os organizadores do livro informam que um *groschen* de prata equivale acerca de 40 réis.

¹⁵ AHRS – A. 7.03 – Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou à presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao vice-presidente Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, no dia 30 de junho de 1855. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1855.

¹⁶ Bons descritores da comunidade teuta existente em Rio Pardo são os livros de naturalização e declaração de estrangeiros, existentes no arquivo local. Ver: AHMRP, Juizado de Paz, L. n. 326, (1844-1889): Termos de naturalização e declarações de estrangeiros (Rio Pardo/Santa Cruz); AHMRP, Juizado de Paz, L. n. 346 (1860-1889): Registros de juramento dos estrangeiros naturalizados (Colônia de Santa Cruz).

Referências

- BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: _____. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 107, 116.
- COSTA, Miguel Angelo Silva da. *Entre a flor da sociedade e a escória da população: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.
- COSTA, Miguel Angelo Silva da. *Entre a intolerância política e a sede ardente de mando: família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luís Gomes da Silva (1845-1870)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2011.
- DA MATTA, Roberto (Org.). *Edmund Leach*. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 38).
- ELMIR, Cláudio Pereira; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Odiosos homicídios: o processo 5.616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo: Oikos; Ed. da Unisinos, 2010.
- GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional*. Porto Alegre: D. C. Luzzatto; Eduni/SUL, 1986.
- HUNSCHE, Carlos. *O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. 2. ed. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: M. Livreiro, 1983.
- LELLO UNIVERSAL. *Novo dicionário enciclopédico luso-brasileiro*. Porto: Lello & Irmão, s/dt. v. 1.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do império brasileiro (Província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, século XIX)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2010.
- MÜGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2012.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2010.
- PICCOLO, Helga Landgraf. Século XIX: alemães protestantes no Rio Grande do Sul e a escravidão. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, SBPH, 8., 1989, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1989.
- PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2009.

- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, Visconde de São Leopoldo. In: POVÍNCIA DE SÃO PEDRO, 1978, Petrópolis. *Anais...* Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes alemães: 1824-1853*. Porto Alegre: EST, 2005.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SILVA, Domingos de Araújo e. *Dicionário histórico e geográfico da Província de São Pedro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813[1789]. t. 2.
- SILVA, Haike R. K. da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.
- Velho, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- WEIMER, Gunter. O Racismo teuto-brasileiro: considerações preliminares. In: SIMPÓSIO DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO RIO GRANDE DO SUL, 5., 1989. São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1989.
- ZETTEL, Roberta França Vieira. *De mútuo consentimento: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1845-1865)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-riograndenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Claudia (Org.). *Os alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Ulbra, 1994.

Abreviaturas

- AHMRP – Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo.
- AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
- LGVRP – Lista Geral de Votantes de Rio Pardo.